

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 27 de outubro de 2021 • Nº 1180 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

OUTUBRO

Prévia de inflação é a maior desde 1995

Com a pressão da energia elétrica, a prévia da inflação oficial voltou a acelerar e surpreendeu analistas no país. Em outubro, o indicador teve variação de 1,2%, a maior para o mês desde 1995 (1,34%). Os dados são do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), divul-

gado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O resultado mensal ficou acima das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam variação de 1% em outubro. No mês anterior (setembro), o IPCA-15 havia registrado taxa de 1,14%.

Com o novo resultado, a prévia da inflação atingiu 10,34% no acumulado de 12 meses. No acumulado anterior, até setembro, o IPCA-15 já estava em dois dígitos (10,05%). Em outubro, houve variações positivas em oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE. **PÁGINA 2**

COVID-19

CPI aprova relatório e pede punição para Bolsonaro

Instalada para investigar as ações e omissões no enfrentamento da pandemia mais letal da história, que soma mais de 600 mil mortes no Brasil, a CPI da Covid chegou ao fim ontem com a aprovação de relatório que atribui crimes ao governo federal e pede a responsabilização de vários agentes, sobretudo do próprio presidente da República, Jair Bolsonaro. O relatório de Renan Calheiros (MDB-AL) foi aprovado por sete votos a favor e quatro contrários. Votaram favoráveis ao texto, além do relator, o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), o vice, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Otto Alencar (PSD-BA), Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Braga (MDB-AM). Esses senadores formam o chamado G7, grupo que desde o início dos trabalhos comanda as ações da comissão. Votaram contrariamente os governistas Marcos Rogério (DEM-RO), Eduardo Girão (Podemos-CE), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Jorginho Mello (PL-SC). A versão final do relatório contém a proposta de indiciamento de 78 pessoas e duas empresas (Precisa Medicamentos e VTCLog). O parecer aponta que há provas de que o governo Jair Bolsonaro foi omissivo e escolheu agir "de forma não técnica e desidiosa" no enfrentamento da pandemia. A CPI ainda vê ações intencionais do governo para expor a população ao vírus e afirma que Bolsonaro era assessorado por uma espécie de gabinete paralelo, com membros que disseminavam fake news e promoviam tratamento ineficaz. O parecer também cita irregularidades em negociações de vacinas, demora para compra de imunizantes eficazes e omissão para evitar o colapso sanitário no Amazonas. Os senadores pedem o indiciamento de empresas, além de nomes ligados à operadora Prevent Senior, que teriam submetido pacientes a procedimentos ilegais. Os últimos detalhes do texto foram fechados durante a reunião desta terça.

RECEITA

Arrecadação cresce 12,8% e bate recorde para setembro



A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 149,1 bilhões em setembro, valor recorde na série iniciada em 1995 (já considerando números atualizados pela inflação). O resultado representa um crescimento real de 12,8% na comparação com setembro do ano passado. Em relação ao mesmo período de 2019, quando não houve impacto da pandemia, os dados de setembro de 2021 registraram alta real de 14,3% (des-

contada a inflação). O resultado foi divulgado ontem pelo Ministério da Economia. No acumulado de janeiro a setembro, a arrecadação de impostos somou R\$ 1,348 trilhão. A arrecadação federal tem apresentado desempenho acima do esperado pelo governo inicialmente para 2021, o que tem sido usado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) (foto) para tentar justificar medidas sob críticas de analistas. **PÁGINA 2**

CRIMES DE BOLSONARO



Cármen Lúcia enquadra Aras e diz que PGR não está 'fora de supervisão'

A ministra Cármen Lúcia (foto) afirmou que nenhuma autoridade está "fora de qualquer supervisão ou controle" e determinou que o procurador-geral da República, Augusto Aras, detalhe ao STF (Supremo Tribunal Federal) quais medidas tomou em relação aos pedidos de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro devido às falas golpistas no feriado de 7 de setembro. A decisão da magistrada é uma resposta aos procedimentos preliminares que Aras tem aberto quando é instado a se posicionar sobre pedidos de apuração contra o chefe do Executivo e seus aliados. Cármen deu o prazo de 15 dias para o procurador-geral esclarecer "eventuais diligências ou apurações preliminares" que tenham sido realizadas. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: -2,11% / 1068.419,53 / -2.295,027 / Volume: 27.419.955.787 / Quantidade: 4.356.322				Bolsas no mundo				Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	-0,64% (set.)	EURO turismo													
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas				Fechamento		%	Taxa Selic		IPCA		DÓLAR Ptax - BC						
Preço % Oscil.				Preço % Oscil.				Preço % Oscil.				Preço % Oscil.		Dólar		Compra: 6,5489		Venda: 6,7289							
ENERGIAS BR ON NM 19,67 +2,23 +0,43				AZUL PN ATZ N2 26,90 -8,38 -2,46				PETROBRAS PN N2 28,76 -0,96 -0,28				Dow Jones 35.756,88 +0,04		NASDAQ Composite 15.235,714 +0,06		Taxa Selic (23/09) 6,25%		até o dia 26/out		Compra: 5,5794		Venda: 5,5800			
BRASKEM PNA N1 57,03 +1,78 +1,00				EZTEC ON NM 18,63 -7,64 -1,54				VALE ON NM 76,18 -1,06 -0,82				Euro STOXX 50 4.230,53 +0,84		CAC 40 6.766,51 +0,80		Poupança 3 (27/10) 0,36%		OURO BM&F/grama R\$ 321,20		DÓLAR comercial		Compra: 5,5710		Venda: 5,5716	
CPFL ENERGIA ON NM 25,80 +0,78 +0,20				CVC BRASIL ON NM 16,91 -6,83 -1,24				BRADESCO PN N1 20,29 -2,26 -0,47				FTSE 100 7.277,62 +0,76		DAX 15.757,06 +1,01		TR (prefixada) (29/8/2017) 0,0098		EURO Comercial		DÓLAR turismo		Compra: 5,6069		Venda: 5,7869	
GERDAU MET PN N1 13,04 +1,09 +0,14				GRUPO SOMA ON NM 14,17 -6,47 -0,98				B3 ON NM 12,15 -5,74 -0,74																	
WEG ON NM 39,66 +0,28 +0,11				MELIUIZ ON NM 3,74 -6,73 -0,27				ITAUNIUNIBANCO PN N1 23,74 -1,08 -0,26																	

DocuSigned by:

Autentico
diário do Acionista

6BF767B5695F4B6...

27-out-21 | 5:46 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site

www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Dólar desacelera e fecha em R\$ 5,57; Bovespa cai 2,11%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Depois de um dia de oscilações, o dólar reduziu a alta perto do fim das negociações e fechou praticamente estável, após a arrecadação federal bater recorde em setembro e a discussão da proposta de emenda à Constituição que parcela os precatórios e muda o teto de gastos ser adiada. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu 2,11% e quase anulou os ganhos do dia anterior, em meio à expectativa de que o Banco Central (BC) aumente o ritmo de reajuste da taxa Selic (juros básicos da economia).

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,573, com alta de R\$ 0,018 (+0,32%). A cotação iniciou o dia com pequena queda e acelerou ainda pela manhã, chegando a R\$ 5,60 na

máxima do dia, por volta das 13h30. Em seguida, a alta perdeu força, após a divulgação do resultado da arrecadação federal no mês passado. A moeda passou a operar próxima da estabilidade após o anúncio de que a falta de acordo com partidos da oposição levou ao adiamento da discussão da PEC dos precatórios no Plenário da Câmara.

Com o desempenho ontem, o dólar acumula alta de 2,33% em outubro. Em 2021, a divisa acumula valorização de 7,4%.

O mercado de ações teve um dia bem mais tenso. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou o dia aos 106.420 pontos, com recuo de 2,11%. A divulgação de que a prévia da inflação fechou outubro em 1,2% e atingiu o maior nível para o mês desde 1995 derrubou os mercados.

RECEITA

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 149,1 bilhões em setembro, valor recorde na série iniciada em 1995 (já considerando números atualizados pela inflação). O resultado apresenta um crescimento real de 12,8% na comparação com setembro do ano passado.

Em relação ao mesmo período de 2019, quando não houve impacto da pandemia, os dados de setembro de 2021 registraram alta real de 14,3% (descontada a inflação). O resultado foi divulgado ontem pelo Ministério da Economia.

No acumulado de janeiro a setembro, a arrecadação de impostos somou R\$ 1,348 trilhão. Isso significa uma alta real de 22,3% na comparação com o mesmo período do ano passado, e também recorde na série histórica iniciada em 1995.

A arrecadação federal tem apresentado desempenho acima do esperado pelo governo inicialmente para 2021, o que tem sido usado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) para tentar

justificar medidas sob críticas de analistas.

Entre elas, estão a proposta de alteração no Imposto de Renda. Mais recentemente, Guedes passou a usar o argumento para acelerar despesas em ano eleitoral - o que deve gerar também um drible no teto de gastos.

"É natural que, em vez de R\$ 300, o governo fale 'bom, então vou gastar R\$ 400; vou gastar mais um pouco, já que a arrecadação subiu'", afirmou Guedes na semana passada.

Apesar da argumentação do ministro, a elevação da arrecadação em 2021 não é garantia do mesmo desempenho para os anos seguintes. Além disso, o aumento de receitas não tem influência no teto de gastos.

Outro fator que contribui para a melhora da arrecadação é o avanço da inflação no país. Mesmo que o resultado final apresentado pela Receita seja atualizado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), parte dos números pode "escapar" desse ajuste.

Por outro lado, a produção industrial ainda limita os números. De acordo com o Ministério

da Economia, isso tem sido causado pelo aumento de custos nas fábricas e pela falta de insumos - o que tem levado a interrupções, por exemplo, na indústria automobilística.

Também contribuiu para a melhora em relação ao ano passado o arrefecimento da pandemia em 2021 - com medidas anticrise mais brandas em relação a 2020, que contou com iniciativas como um adiamento expressivo de impostos.

De janeiro a setembro do ano passado, o diferimento de tributos havia retirado R\$ 58 bilhões da arrecadação - enquanto no mesmo período deste ano, foram retirados apenas R\$ 2 bilhões.

Em reais, os tributos que mais mostraram elevação foram o IRPJ e o CSLL (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido) - refletindo maior arrecadação com as atividades das empresas.

Juntos, eles acrescentaram R\$ 76,3 bilhões aos dados na comparação com o ano passado (de janeiro a setembro) e chegaram a R\$ 287,9 bilhões no acu-

mulado de 2021.

Contribuíram para isso as receitas atípicas com esses tributos registradas ao longo do ano. Segundo a Receita, os valores extraordinários foram gerados por movimentações societárias e pela maior demanda por commodities brasileiras - incluindo as de mineração e siderurgia.

"O arrefecimento da pandemia fez com que a demanda pelas commodities em nível global aumentasse. Esse crescimento da demanda e a valorização do preço das commodities provocou arrecadações extraordinárias", disse Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita.

Outro destaque dos números são as receitas administradas por outros órgãos, composta principalmente pela arrecadação com royalties de óleo e gás.

De janeiro a setembro, foram arrecadados R\$ 60,3 bilhões - crescimento real de 42,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Nesse caso, o preço do petróleo, o patamar do câmbio e a produção nacional afetam diretamente os valores.

OUTUBRO

Prévia de inflação é a maior desde 1995

Com a pressão da energia elétrica, a prévia da inflação oficial voltou a acelerar e surpreendeu analistas no país. Em outubro, o indicador teve variação de 1,2%, a maior para o mês desde 1995 (1,34%). Os dados são do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15), divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado mensal ficou acima das projeções do mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam variação de 1% em outubro. No mês anterior (setembro), o IPCA-15 havia registrado taxa de 1,14%. Com o novo resultado, a prévia da inflação atingiu 10,34% no acumulado de 12 meses. No acumulado anterior, até setembro, o IPCA-15 já estava em dois dígitos (10,05%).

Em outubro, houve variações positivas em oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE. O

maior impacto (0,43 ponto percentual) e a maior variação (2,06%) vieram do grupo de transportes. A segunda maior contribuição foi de habitação (0,3 p.p.), que subiu 1,87%.

Na sequência, apareceu o segmento de alimentação e bebidas (0,29 p.p.), cuja alta foi de 1,38%.

Segundo o IBGE, a energia elétrica (3,91%), que pertence ao grupo de habitação, respondeu pelo maior impacto individual (0,19 p.p.) no IPCA-15 de outubro. A alta decorreu, em grande medida, da vigência da bandeira tarifária de escassez hídrica, diz o instituto.

Essa bandeira, que encarece as contas de luz, passou a valer em setembro. O cálculo do IPCA-15 abrange o período do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência, que, neste caso, foi outubro. Logo, a cobrança adicional na energia elétrica teve efeito no resultado do décimo mês do ano.

CAGED

Brasil cria 313,9 mil vagas com carteira assinada em setembro

THIAGO RESENDE/FOLHAPRESS

Em setembro, foi registrada a abertura de 313.902 vagas de emprego com carteira assinada no país, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O saldo foi resultado de 1,780 milhão de contratações e 1,466 milhão de desligamentos no mês, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A abertura de vagas formais no mês mostra uma leve desaceleração do desempenho do mercado de trabalho em relação a agosto (368 mil novos contratos) e a setembro do ano passado (319 mil).

Em janeiro de 2021 foram criados 261,2 mil novos contra-

tos e em fevereiro, 397,6 mil. A partir de março, com a alta no número de casos e de mortes de Covid-19, o resultado foi menor. Foram 175,6 mil novos postos de trabalho em março, seguidos de 116,1 mil em abril, e 275,7 mil em maio.

A partir de junho, as contratações se aceleraram. Junho e julho registraram mais de 302 mil novas vagas. Em agosto, esse número subiu para 368 mil. O desempenho de setembro, embora ligeiramente inferior ao mês anterior, mantém o patamar registrado no segundo semestre do ano.

O ministro Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) já previu que, no fim deste ano, o país irá registrar cerca de 2,5 milhões de empregos formais.

No acumulado de janeiro a se-

tembro, o saldo no mercado de trabalho formal brasileiro é positivo, com 2,512 milhão de novas vagas num ano de crise provocada pela pandemia. É comum que dezembro tenha um resultado negativo, diante do fechamento de vagas após a alta atividade econômica nos meses anteriores às festas de fim de ano.

No mesmo período do ano passado, haviam sido fechados 558,6 mil empregos com carteira assinada, pois, de março a maio de 2020, por exemplo, o impacto da chegada do novo coronavírus resultou no encerramento de mais de 1,2 milhão contratos de trabalho formais.

Para tentar evitar demissões em massa na crise, o presidente Jair Bolsonaro editou medidas provisórias para que regras tra-

balhistas sejam flexibilizadas novamente diante do agravamento da pandemia.

Com isso, foi recriado o programa que permite o corte de jornada e salários de trabalhadores da iniciativa privada, além da suspensão temporária de contratos. A medida foi encerrada em agosto.

O saldo de setembro (criação de 313,9 mil vagas) reflete o desempenho positivo em todos os cinco grandes setores da economia brasileira. O resultado foi puxado pelo setor de serviços, que abriu 143,4 mil vagas de emprego no mês.

Em seguida figuram indústria (76,2 mil novos postos), comércio (60,8 mil), construção (24,5 mil) e, por último, agropecuária (9 mil vagas abertas).

BONDAD ELETORAL

Furo no teto por eleição não gera comida para mais pobres

Tratada no governo como a boia salva-vidas para a tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro, o programa que vai substituir Bolsa Família nasce com um valor nominal de mais que o dobro do atual, mas a corrosão da inflação e os anos sem reajuste mantêm o benefício insuficiente para a compra de uma cesta básica mensal.

A ideia do governo é que o Auxílio Brasil, aposta de Bolsonaro para atrair voto do eleitorado de baixa renda, seja de ao menos R\$ 400 de novembro deste ano até dezembro de 2022. Após isso, não há garantia de que esse valor será mantido.

De acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), uma cesta básica individual mensal com treze grupos alimentares custava em média R\$ 497 em sete capitais do Norte e Nordeste (Belém, Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador), em setembro.

Ou seja, ainda a depender da variação inflacionária de outubro, o valor que será pago para a maioria das famílias no Auxílio Brasil representará cerca de 80% do valor da cesta básica necessária para alimentação saudável de um adulto, nessas capitais.

Em uma casa com dois adultos e duas crianças, por exemplo, seria necessário cerca de R\$ 1.500 (o Dieese considera meia cesta por criança). A análise do benefício desde 2004 - quando o programa foi criado - até agora mostra que o valor médio nunca foi suficiente para a compra de todos os itens da cesta calculada pelo Dieese.

A média do governo Lula (2003-2010) foi de 47% de uma cesta. Dilma Rousseff (2011-2016), 55%, Michel Temer (2016-2018), 50%, e Bolsonaro, 47% (excluídos os meses de pagamento do Auxílio Emergencial). O Bolsa Família não é reajustado desde julho de

2018, quando a gestão Temer concedeu aumento médio de 5,67%, na véspera do Dia do Trabalho.

A inflação acumulada a partir de então, de julho de 2018 até setembro deste ano (INPC), foi de 19,1%. O programa tinha sofrido correções durante os governos dos petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Bolsonaro sempre criticou o Bolsa Família em seus tempos de deputado federal. Na época, ele afirmava que programas como Bolsa Escola e Bolsa Família serviriam apenas para incentivar os pobres a ter mais filhos e, com isso, aumentar a fatia que recebem de benefícios. "Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsos do governo", afirmou em novembro de 2013 no plenário da Câmara.

K-INFRA RODOVIA DO AÇO S.A.

CNPJ: 09.414.761/0001-64

AVISO DE LICENÇA: K-INFRA RODOVIA DO AÇO S/A torna público que obteve do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, através do processo nº 02001.004861/2010-62 a Licença de Instalação - LI nº 1395/2021 referente às obras de instalação, para a correção do traçado, das variantes Anta e Sapucaia da Rodovia Federal BR-393 no município de Sapucaia, estado do Rio de Janeiro, no trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-116 até o entroncamento com a rodovia BR-040, com extensão total de 9,6 km e a Autorização de Supressão de Vegetação - ASV-SINAFLOR Nº 10100392, vinculada a LI nº 1395/2021.

COMBRASCAN SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ/ME nº 28.189.439/0001-23 - NIRE 333.000.131.48

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Ficam convocados os acionistas da COMBRASCAN SHOPPING CENTERS S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 121, §2º, da Lei 6.404, de 15/12/1976 e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/20, para se reunirem, no dia 04/11/2021, às 10h horas, de forma digital, através da plataforma Google Meet, por meio do link e código de identificação da reunião que serão tempestivamente enviados a cada acionista por correio eletrônico, a fim de discutirem e deliberarem sobre a ratificação da integralidade das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20/09/2021. RJ, 27/10/2021. Marcos Baptista Carvalho - Presidente do Conselho de Administração

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ATENÇÃO
ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL
DE CARDIOLOGIAMINISTÉRIO DA
SAÚDEPÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2021

A Pregoeira Débora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 66/2021 no dia 10/11/2021 às 10h00min. - Objeto: Material médico-hospitalar (BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL TAMANHO 57MM POR COMPRIMENTO DE 30M; CAIXA COLETORA DE CASSETE COM CAPACIDADE PARA 30 CASSETES USADOS; CANETA MARCADORA PARA PAPEL CREPADO PRETA OU AZUL PERMANENTE e etc). Processo nº. 33409.009334/2020-67. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-ClaroRua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

DocuSigned by:

AUTÊNTICO
diário do
Acionista
6BF767B5695F4B6...

27-out-21 | 5:46 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

CRIMES DE BOLSONARO

Cármem diz que PGR não está fora de supervisão e cobra Aras

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

A ministra Cármem Lúcia afirmou que nenhuma autoridade está "fora de qualquer supervisão ou controle" e determinou que o procurador-geral da República, Augusto Aras, detalhe ao STF (Supremo Tribunal Federal) quais medidas tomou em relação aos pedidos de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro devido às falas golpistas no feriado de 7 de setembro. A decisão da magistrada é uma resposta aos procedimentos preliminares que Aras tem aberto quando é instado a se posicionar sobre pedidos de apu-

ração contra o chefe do Executivo e seus aliados.

Cármem deu o prazo de 15 dias para o procurador-geral esclarecer "eventuais diligências ou apurações preliminares" que tenham sido ou que ainda serão realizadas sobre o caso.

A ministra disse que não é "imaginável supor" que exista uma autoridade que possa "conduzir sem sequer ser de conhecimento de órgãos de jurisdição o que se passa ou se passou em termos de investigação penal de uma pessoa".

Em agosto, em outro caso sob relatoria da magistrada, em que deputados de oposição solicita-

ram investigação contra Bolsonaro pelos ataques ao sistema eleitoral, Aras informou à Cármem Lúcia que havia instaurado um procedimento preliminar para apurar o caso.

Além do chefe do Executivo, Aras também já abriu investigações desta natureza contra dois filhos do presidente, o ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Augusto Heleno, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, entre outros integrantes do governo.

Geralmente, o procurador-geral afirma ao STF que abriu esses procedimentos a fim de verificar a existência de crime para, depois

disso, pedir ou não a instauração de inquérito perante o Supremo.

Na decisão tomada a respeito do 7 de setembro, porém, Cármem Lúcia afirmou que não pode haver uma investigação criminal sem supervisão do STF. A ministra disse que para toda a carreira do Ministério Público há mecanismos de revisão das decisões de seus integrantes e que o mesmo não ocorre com o chefe da instituição.

A omissão de Aras em relação a Bolsonaro, com quem costuma se alinhar em diversas situações, já havia levantado nos bastidores a discussão sobre a redução dos superpoderes do PGR.

ELEIÇÕES 2022

Alckmin e União Brasil tentam atrair MBL na corrida pelo governo

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS



O ex-governador Geraldo Alckmin (de saída do PSDB) (foto) e representantes do PSL, partido que está em processo de fusão com o DEM para dar origem ao União Brasil, reuniram-se com o deputado estadual Arthur do Val (Patriota) ontem para tratar das eleições de 2022.

Antes da fusão, o MBL (Movimento Brasil Livre), do qual Arthur do Val é uma das lideranças, estava em negociações avançadas para migrar para o PSL, com a ideia de lançar o deputado como candidato ao governo do estado em 2022. Rubens Nunes, vereador paulistano, por exemplo, já está filiado ao PSL.

Nesta terça, Arthur do Val ouviu a proposta para que apoie a candidatura de Alckmin no ano que vem e dispute outro cargo, como o de deputado estadual ou federal. Ele ficou de

conversar com os demais membros do MBL sobre o tema.

"Eles me convidaram para falar sobre 2022 e fui ouvir a proposta. Conversei com Alckmin e a direção do partido", afirma o parlamentar, conhecido como Mamãe Falei.

No entanto, o MBL tem como prioridade para o ano que vem a candidatura para o governo de São Paulo e havia definido internamente que toda a dinâmica de migração partidária dos nomes fortes do movimento deveria respeitar esse critério.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Zé Trovão se entrega à PF após tentativa de asilo no México

Após quase dois meses foragido no exterior, o bolsonarista Marcos Antonio Pereira Gomes, conhecido como Zé Trovão, se entregou ontem à Polícia Federal em Joinville, Santa Catarina, informou a Polícia Federal.

Segundo os advogados do ca-

minhoneiro, Elias Mattar Assad e Thaise Mattar Assad, ele "está ao dispor da Justiça para provar sua inocência. Na sequência, a defesa formulará pleitos de liberdade".

Zé Trovão foi alvo de ordem de prisão do ministro do Supre-

mo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, decretada no início de setembro, por participar da organização de atos com pautas antidemocráticas para o feriado de 7 de setembro.

O caminhoneiro protocolou em setembro um pedido de asi-

lo político ao governo do México. No documento de solicitação ao governo local, Zé Trovão afirmava ser vítima de perseguição política.

Em seu canal do Telegram, o bolsonarista disse que se entregou "pelo Brasil" à PF.

COVID-19

Guarulhos revoga suspensão de servidores não vacinados

CAMILA MATTOSO/FOLHAPRESS

O decreto da Câmara Municipal de Guarulhos que determinava a suspensão do contrato de mais de 100 servidores que não teriam apresentado cartão de vacinação contra a Covid-19 foi revogado. A orientação começou a valer na última sexta-feira, mas o presidente da Câmara Municipal de Guarulhos, o vereador Fausto Miguel Martelo, voltou atrás. Uma portaria cancelou os efeitos do decreto que suspendia o contrato de trabalho de 137 servidores entre concursados, vereadores e comissionados.

Isso porque, de acordo com informações da própria Câmara Municipal, dos nomes que estavam na primeira lista, divulgada na sexta-feira, 128 já tinham apresentado comprovantes de vacinação ao serviço médico da casa, mas por problemas internos não foram contabilizados; e 9 pes-

soas eram servidores aposentados, exonerados ou em licença médica.

Com isso, fica comprovado que todos os trabalhadores, servidores e vereadores da Câmara Municipal de Guarulhos estão com a carteira de vacinação da Covid-19 em dia.

Guarulhos foi uma das primeiras cidades do país a exigir o chamado passaporte de vacinação contra a

Covid-19 para permitir acesso de pessoas a eventos e locais públicos, como bares, cinemas e restaurantes.

Desde o dia 26 de agosto, há um decreto na cidade obrigando funcionários da administração pública direta ou indireta a se vacinarem.

Atualmente a cidade tem mais de 77% de sua população com a imunização completa em duas doses ou pela vacina de dose única.

COVID-19

CPI aprova quebra de sigilo de Bolsonaro nas redes sociais

Os senadores da CPI da Covid aprovaram dois requerimentos para pedir sanções ao presidente Jair Bolsonaro por divulgar fake news nas suas redes sociais.

Um deles prevê a quebra do sigilo telemático do chefe do Executivo, em relação a suas redes sociais. O requerimento prevê que o Google, Facebook e Twitter forneçam os dados telemáticos, a partir de abril de 2020, à Procuradoria Geral da República e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O mesmo requerimento pede que essas redes sociais suspendam o acesso do presidente da República a suas contas.

O requerimento também prevê que seja encaminhado ao

ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo inquérito das fake news, que exija uma retratação do presidente da República, sob pena de R\$ 50 mil por dia de descumprimento.

Também pede que o Supremo solicite o banimento ou suspensão das contas em redes sociais vinculadas ao presidente.

SENADOR

O relator da CPI da Covid, senador Renan Calheiros (MDB-AL), incluiu o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) em seu relatório final, propondo seu indiciamento pela disseminação de fake news-crime de incitação ao crime.

Heinze se tornou notório na comissão por defender medicamentos sem eficácia para o tra-

tamento da Covid-19, como a hidroxicloroquina e a ivermectina.

Assim como fez ao longo de quase seis meses de trabalhos da CPI da Covid, o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu ontem os medicamentos do chamado Kit Covid e incluiu em seu voto em separado ao relatório todos os 284 estudos 'científicos' que recomendam a administração desses medicamentos

"Depois da declaração da vacina que dá Aids, vem isso aí?", questionou Renan durante a fala de Heinze.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) então apresentou requerimento pedindo a inclusão de Heinze no relatório final, por disseminação de fake news.

Renan respondeu que daria um "presente" a Heinze e anunciou que acataria o requerimento. Governistas protestaram. Jorginho Mello (PL-SC) afirmou que Renan deveria se autoincluir por abuso de autoridade.

Antes da apresentação do requerimento, Heinze afirmou que a CPI havia sido criada para "fraudar as próximas eleições presidenciais".

"A CPI da Covid não está chegando realmente ao seu fim. Está acabando sim com as marcas mais deprimentes da agonia. Essa aberração, uma das mais alucinantes que o Congresso Nacional produziu em toda a sua história, já estava destruída por uma metástase antes mesmo de começar", afirmou.

CIÊNCIA

Tuitaço gera mobilização contra corte de R\$ 600 mi

Novos atos contra os cortes orçamentários na ciência brasileira aconteceram ontem. Um tuitaço foi realizado pela manhã com a hashtag #SOSciência e alcançou os assuntos mais comentados no Twitter.

No último dia 15, houve uma mobilização semelhante.

Organizada por entidades ligadas à ciência, como ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), a mobilização também envolve outros eventos online e presenciais que se realizarão em todo o país. As organizações tentam pressionar o Congresso e o governo a repor o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que sofreu redução de R\$ 600 milhões.

CÂNCER DE MAMA

Senado quer mais acesso a diagnóstico e tratamento

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Com o objetivo de pedir apoio para as políticas públicas que facilitem o acesso ao diagnóstico e tratamento do câncer de mama, o Senado realizou ontem sessão solene sobre o tema. A ação fez parte do encerramento da campanha Outubro Rosa, que visa compartilhar informações e promover a conscientização sobre a doença que, em 2020, vitimou 685 mil mulheres em todo o mundo.

Durante a sessão, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) citou dados de um levantamento feito no ano passado pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (Iarc, em inglês), segundo o qual o câncer de mama tornou-se o tipo de câncer mais diagnosticado em todo o mundo. Conforme a pesquisa, os novos casos deste tipo de câncer ultrapassaram, pela primeira

vez, os de pulmão, que são a causa mais comum de morte por câncer. Apenas em 2020, foram 2,3 milhões de novos casos da doença em todo o mundo.

"No Brasil, a estimativa aponta para incidência de 66 mil casos novos de câncer de mama em 2020, número que corresponde a um risco estimado de, aproximadamente, 62 casos novos a cada 100 mil mulheres. Com cerca de 18 mil óbitos anuais, essa neoplasia também é, entre nós, a causa mais frequente de morte por câncer entre as mulheres, independentemente da condição socioeconômica, superando inclusive, o câncer de pulmão que mais mata os homens", disse Castro.

O senador Wellington Fagundes (PL-MT) defendeu a necessidade ampliar os esforços para que as mulheres tenham acesso fácil ao diagnóstico precoce da doença. De acordo com

Fagundes, é preciso liberar o acesso aos exames de mamografia para detecção precoce do câncer de mama para mulheres de 40 a 49 anos no Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, a política do Ministério da Saúde para o tema diz que o acesso no SUS deve ser feito para mulheres de 50 a 59 anos. O senador defende, porém, a votação, pela Câmara dos Deputados, de um projeto de decreto legislativo para derrubar a portaria com a limitação.

"A proposta foi apresentada pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) e acolhida, posteriormente, em plenário, por todos nós, senadores e senadoras. Infelizmente, essa decisão ainda depende da Câmara dos Deputados. Até lá, somente mulheres de 50 a 59 anos de idade podem fazer o rastreamento mamográfico na rede pública", afirmou Fagundes.

ZONA OESTE

PM liberta vítima de sequestro-relâmpago após 12h de cativo

Dois homens, de 30 e 38 anos, foram presos suspeitos de fazer um motorista de caminhão de 48 anos refém, na segunda-feira, na Vila Leopoldina (zona oeste de São Paulo).

De acordo com a SSP (Secretaria de Segurança Pública), policiais militares realizavam patrulhamento pela avenida das Nações Unidas, quando abordaram um veículo suspeito, que poderia estar ligado a ocorrências de roubo. No veículo havia três ocupantes e, ao entrevistar o trio, os agentes descobriram que um deles era vítima de um sequestro-relâmpago.

Segundo os policiais, a vítima contou que foi buscar uma carga na rua José Lourenço, no bairro do Limão (zona norte da capital), quando foi abordada pelos criminosos, que estavam armados e anunciaram que levariam o seu caminhão. Ainda de acordo com os policiais, o motorista foi obrigado pelos suspeitos a desembarcar da carreta e a entrar no carro deles, onde foi mantido refém e levado para um cativo.

O homem relatou ter ficado em poder dos assaltantes, em um barraco, por aproximadamente 12 horas, e, neste período, foi obrigado a passar a senha dos seus cartões bancários e realizar transferências. Depois, ele foi colocado novamente no carro dos assaltantes, que acabou sendo abordado pela Polícia Militar.

Os dois suspeitos foram presos em flagrante e um deles tentou oferecer um carro para os policiais em troca de liberdade, segundo a SSP. O carro em que estavam foi recolhido, assim como uma chave veicular, dois celulares e R\$ 769.

Exames periciais foram solicitados. A ocorrência foi registrada no 91º Distrito Policial da capital como roubo de veículo, extorsão (sequestro relâmpago), corrupção ativa e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, já que o emplacamento e o chassi do carro tinham dados divergentes. Os dois assaltantes tiveram a prisão preventiva solicitada.

